

A REFORMA EDUCACIONAL DA AMÉRICA LATINA E CARIBE: ANÁLISE DOS MARCOS REGULATÓRIOS E IMPLICAÇÕES NA REFORMA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.

Maicon Douglas Barbosa Cândido (boymayc@hotmail.com)¹

Maria Marta Nepomuceno Rodrigues (marta_macau2007@hotmail.com)¹

Maria Rita da Silva (ritabion3@hotmail.com)¹

Licenciando (a) em Biologia, IFRN – Campus Macau

RESUMO

O Brasil mesmo ensaiando uma ascensão política e econômica a nível mundial expõe um sistema educacional decadente com inúmeras aflições. A pesquisa tem como objetivo analisar a reforma da educação na América latina e Caribe, a partir dos marcos regulatório e suas implicações na reforma educacional no Brasil. O mesmo apresenta caráter qualitativo, e realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental. Nos anos de 1990 foram-se descritos três objetivos com orientações das reformas educacionais na América Latina. Para resolver tais pendências na educação de países subdesenvolvidos e do Brasil faz-se necessárias muitas outras reformas que discutam as realidades de cada nação e suas possibilidades reais de resolver tais situações atribuladas, no Brasil é preciso reformulações não só no sistema educacional, mas no político também.

Palavras-chave: Reforma Educacional; LDB; Marcos políticos.

INTRODUÇÃO

Os chamados países de primeiro mundo que incluem Japão, Estados Unidos da América, Austrália, Portugal, Canadá, França, Alemanha, Itália dentre outros, esses países possuem características de desenvolvimento econômico e tecnologia de ponta, sustentado pelo intenso consumismo modista e moderno, esses fatores aliados aos investimentos nacionais e aspecto políticos entre outros alavancam a qualidade do ensino. E nestes a educação tem um papel importante. Provavelmente com o propósito de dar continuidade a novas tecnologias, as populações desses países apresentam dentre outras características positivas, baixos índices de analfabetismo, diferente dos denominados países de segundo e terceiro mundo. Freitas (2013) relata que ultimamente muitos cientistas classificam o Brasil situado na América Latina ente os países de segundo mundo e que o mesmo é detentor de uma economia emergente como China,

Rússia, Argentina, México e Índia, o mesmo autor ainda descreve que esses países atualmente são assinalados como “países em desenvolvimento”.

O Brasil mesmo ensaiando uma ascensão política e econômica a nível mundial expõe um sistema educacional decadente com inúmeras aflições, a saber: falta de profissionais qualificados, baixos salários obrigando os professores há a uma jornada de trabalho exaustiva, lecionando em mais de uma unidade escolar possivelmente diminuindo a qualidade de suas aulas, infra estrutura precária, falta de escolas em algumas regiões, transporte, etc. Além dos problemas de convivência como: a violência, o abuso de poder político, falta de segurança, o emocional dos profissionais de área (professores, gestor, dentre outros funcionários da educação), bullying, preconceitos. Todos estes fatores são empecilhos que fazem da nossa educação uma questão não resolvida ou um mal não curável.

Na tentativa de elucidar os entraves que a educação mundial apresenta, muitos eventos foram idealizados, dentre eles o PROMEDLAC com início em 1980, PREAL, criado em 1996, a 24ª reunião da Cepal em 1992 (Comissão Econômica Para a América Latina) e o seminário Internacional, organizado pela UNESCO, em 1993. Esses acontecimentos em prol da educação, na América Latina e Caribe pensavam na educação como única para todos os países envolvidos, não avaliavam individualmente os problemas e suas raízes, se eram históricos, políticos, econômicos, sociais ou culturais.

Severino (1994) delinea a educação como sendo uma forma de trabalho, e que a mesma atua na formação do trabalhador e que esse é um dos papéis da educação das mais apontadas socialmente. Historicamente a educação no Brasil serve aos senhores e não ao povo, desde o Brasil colônia já havia o interesse de utilizar os meios de educação da época para alienar as pessoas, passando por ditaduras, golpes, impeachment, manifestações. Atualmente os governos restringem a educação aos problemas financeiros, enquanto injetam espantosos valores em construções de alto padrão, fazendo com que a população clame pelo mesmo padrão na educação.

Os eventos históricos acontecem de maneira contraditória, no sentido em que os fatos subsequentes prolongam, conservam negam e superam fatos antecedentes, sofrendo constantemente a marca da intervenção dos sujeitos Humanos (SEVERINO, p. 111, 1994).

O processo histórico na educação assume essa perspectiva citada pelo autor Severino (1994) tendo uma relação com os acontecimentos constituídos de fenômenos educacionais. Podemos ver que este fenômeno educacional se articula com outros fenômenos tais como o político, cultural e econômico. Esta pesquisa tem como objetivo analisar a reforma da educação na América latina e Caribe, a partir dos marcos regulatório e suas implicações na reforma educacional no Brasil.

A partir da introdução, este está organizado da seguinte forma, a saber: 2) Metodologia. 3) Reforma da Educação na América Latina e Caribe: marcos regulatórios. 4) Avaliação da reforma educacional da América Latina e Caribe: o que aconteceu com os objetivos. 5) Implicações da reforma educacional no Brasil dos anos de 1990. 6) Considerações finais. 7) Referências. O presente trabalho tem como procedimento metodológico, a pesquisa bibliográfica e documental, no qual Oliveira (2007, p. 69) faz uma importante distinção entre essas pesquisas. Para a autora a pesquisa bibliográfica “é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos.”

A referida autora, ainda relata que a principal finalidade deste tipo de pesquisa é proporcionar aos estudiosos o contato direto em fontes científicas sem que precisemos recorrer diretamente aos fatos ou fenômenos da realidade empírica. A autora Oliveira (2007, p. 69) também enfatiza sobre a pesquisa documental, que para ela, esta “caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação (p. 69)”. E para a ampliação deste estudo utilizamos na literatura especializada, autores da área, podemos apontar: SEVERINO (1994), CASASSUS (2001) e MERATH (2013). Estes são alguns dos estudiosos que desenvolvem trabalhos nessa linha temática de pesquisa.

REFORMA DA EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE: MARCOS REGULATÓRIO.

Casassus (2001) afirma que ocorreu cinco marcos importantes no contexto dos processos de reformas de educação na América Latina no começo da década e nos anos seguintes, o mesmo descreve que o primeiro dele foi a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada no ano de 1990 na Tailândia. Esta conferência tinha a intenção de determinar um ambiente político que viabilizasse o acréscimo de investimento para a educação básica, implantar novas metodologias, para elevar a aprendizagem no ensino fundamental, assim contribuindo nos processos de desenvolvimento intelectual.

A esse respeito às autoras Werlang e Viriato (2012) relatam que a década de 1990 foi marcada por modificações muito expressivas na prática de formação docente, e que nesse propósito de transformações, foram aconselhadas várias ações como as de requalificações, reciclagem e capacitação indicadas, por empresários e organismo multilaterais. Certamente essa reorganização na formação docente se fez necessário em consequência do período tecnicista dos anos 80, que visavam tão somente formar uma mão de obra eficiente. Então o interesse maior do primeiro marco que foi delineado na reunião convocada pela Organização das Nações Unidas para a educação, Ciências e Cultura – Unesco, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef e o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), atuou como um dos co-patrocinadores, era que a educação passasse a ser um processo de aprendizagem e deixasse o mecanicismo pra trás.

A Promedlac IV em 1991 é descrita por Casassus (2001) como o Segundo Marco. O Promedlac consiste em reunião de Ministros da Educação para analisar o desenvolvimento do Projeto Principal de Educação (PPE) para América Latina e Caribe, foi convocada pela Unesco. O intuito era ampliar e descentralizar a educação visando uma aprendizagem básica de qualidade para isto era preciso viabilizar alterações nos procedimentos administrativos, novo plano de currículo e que isso passaria por uma renovação na gestão da educação.

Merath (2013) diz que o decisivo nas reformas educacionais na região está centrado na mudança da gestão, mas o processo vai além das modificações na técnica de administração, e que de fato, essas mudanças apontam, por meio de uma nova estrutura

e de outro tipo de gestão, em busca de um âmbito mais político que é o de gerar uma nova administração do Estado na esfera da educação, e que essas mudanças na gestão deveriam procurar desenvolver novos meios de regulamentar as atividades educacionais. Portanto o segundo marco objetivava acordar na educação quantidade e qualidade e para isto o estado necessitaria de partilhar essas tarefas com outras áreas da sociedade civil como também contar com a instância administrativa.

O terceiro marco foi a 24ª reunião da Cepal em 1992 que convocou os Ministros da Economia e Finanças, e o desenvolvimento educacional estava vinculada diretamente a economia, para Casassus (2001) a educação apontava como a única política capaz de suprir os anseios de ampliar e desenvolver o crescimento econômico na relação social. Então nesta reunião a educação passou a ser vista como um “banco” de investimento nacional e que a mesma seria utilizada para o crescimento e desenvolvimento econômico dos países. Com o propósito já definido a partir desta reunião que era de investir na educação pra alavancar a economia, era igualmente preciso melhorar a qualidade de ensino e da aprendizagem.

Quarto Marco foi o Promedlac IV no ano de 1993, em Santiago do Chile e tinha o propósito de modernizar a gestão educacional e oferecer uma educação de qualidade e injetar mais investimento na educação para jovens e adultos. Para alcança tal objetivo encaminhou-se algumas indicações em níveis macro e micro. A esse respeito Merath (2013) afirma que ao mesmo tempo, que tentar transformar os processos e conteúdo da aprendizagem, os instrumentos no nível macro são a prática de sistemas nacionais de avaliação, o desenvolvimento de programas compensatórios de discriminação positiva e a reforma curricular, no nível micro a escola em particular deveria focalizar na gestão escolar, a implantação de guias de autonomia e um currículo adaptado às características das escolas.

O seminário Internacional foi relacionado por Casassus (2001) como quinto marco na reforma educacional, também ocorreu em Santiago do Chile em 1993, organizado pelo Unesco, para discutir a descentralização e o currículo. Pretendia-se criar possibilidades que se trabalhasse o comum e o diverso no currículo e redistribuir o conteúdo em níveis macro e micro, o macro teria a responsabilidade de formar os objetivos e normas gerais a serem seguidos e no micro caberia à gestão escolar inserir

conteúdos locais. Provavelmente ambicionando instalar programas nacionais que contemplassem a todos, porém a responsabilidade maior seria local e não nacional.

No Brasil apesar dos avanços políticos e econômicos atualmente alcançados muitos dos anseios que justificavam estes eventos idealizados para resolver tais déficits educacionais ainda persistem, no histórico político e econômico do país existem muitos esqueletos (inflação em alta, escândalos políticos, corrupções, desvios de verbas) que assombram o desenvolvimento do mesmo nos campos social, intelectual, profissional, político e cultural sem dúvida que este déficit nas áreas já relacionadas se instala em nossa sociedade baseado no vigente sistema educacional brasileiro que forma indivíduos corrompidos pelo mercado trabalhista e consumista regido pelo capitalismo.

Na fase atual de desenvolvimento do capitalismo, foram criadas as condições propícias para a elaboração de uma agenda global para a educação, sob a coordenação de organizações bilaterais e multilaterais de desenvolvimento, tendo como premissa a necessidade de formular diretrizes para orientar a definição da política educacional no que concerne, particularmente, ao currículo, às práticas pedagógicas, ao financiamento, aos padrões organizacionais (gestão), à formação docente, e à avaliação. (Revista Educação em Questão, 2012, p 26)

Em países capitalistas a educação de maneira dissimulada andar de mãos dadas com a economia, pois neste tipo de capitalização a educação tende a ser direcionada para a mão de obra e não de inclusão social e intelectual por meio da mesma.

AVALIAÇÃO DA REFORMA EDUCACIONAL DA AMÉRICA LATINA E CARIBE: O QUE ACONTECEU COM OS OBJETIVOS?

O autor Casassus (2001) relata que diante das discussões realizadas no plano regional é possível identificar, orientações e objetivos políticos, assim também como instrumentos de pesquisa para que estes objetivos sejam alcançados. O autor ainda relata que nos anos de 1990 foram-se descritos três objetivos com orientações das reformas educacionais na América Latina.

O primeiro objetivo foi “colocar a educação no centro das estratégias de desenvolvimento” e para alcançar este objetivo utilizou-se como instrumento principal lograr mais recursos financeiros para o setor. Segundo Casassus (2001), a educação em alguns países como Chile é prioridade, mas em outros, não passa apenas de uma estratégia nos discursos políticos para o crescimento dos países que participam no processo de globalização. Este objetivo foi alcançado, pois, o resultado deste trabalho mostrou que com o passar dos anos houve mudanças significativas nos investimentos e gastos em educação que duplicou nos anos de 1990 e 1996. O segundo objetivo foi “iniciar nova etapa de desenvolvimento educacional mediante transformação profunda gestão”. Nada mais é, do que a mudança na administração. O terceiro objetivo foi “melhorar os níveis de qualidade da aprendizagem”.

IMPLICAÇÕES DA REFORMA EDUCACIONAL NO BRASIL DOS ANOS DE 1990

A reforma do Estado nos anos de 1990 foi motivada pela ideologia neoliberal, apontando a redefinição do seu papel por meio de atividades minimizadoras nos espaços sociais, dentre eles a educação, sinalizando a mudança dos encargos do Estado para com estes espaços sociais. Esta minimização estava envolvida com um modelo de política educacional, que para o autor Cabral Netto (2001) está dinâmica destrutiva do capitalismo e o livre mercado poderiam continuar seus processos de apagamento da cultura e da formação de sujeitos. As políticas educacionais no Brasil nos anos de 1990 refletiram o entendimento produtivista sobre educação, por respaldar iniciativas que atingiam o crescimento educacional, entendimento este, que se esclarecem mais ainda nos projetos da nova Lei de Diretrizes e Bases que já embarcava em debates na abordagem educacional.

A aprovação da LDB 9.394/96 concebeu de uma ação polêmica, que ocorreu entre um grupo de educadores, a qual defendia uma proposta de educação que considerava as massas populares, e o outro grupo de empresários, Igreja católica, leigos e parlamentares defendiam a proposta de LDB minimalista que levavam em consideração seus próprios interesses, deixando de lado o interesse da massa populacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação mundial traz em sua bagagem muitas controversas do passado que restringem nos possíveis avanços do presente, certamente essas delimitações estão mais acentuadas nos países onde a pobreza ainda persiste, mesmo que camuflada por programas de assistências do governo, na verdade funcionam como uma bengala institucional que aleija e impedi o desenvolvimento seguro da sociedade tanto econômica, cultural e intelectual. No Brasil os governos teimam em sonegar dados reais, que até contradiz a realidade dos fatos, porém quando comparamos os investimentos nacionais quanto os dados avaliativos com os de países desenvolvidos donos de uma educação já estabilizada, onde os investimentos são para manter a qualidade enquanto no Brasil o desafio é transforma um quadro totalmente desfavorável, além do fator populacional, quanto maior for o número de habitantes maior deveria ser o investimento, então neste sentido real o declínio é imenso e vergonhoso pra um país que se diz do futuro.

Diferente do que Freitas (2013) descreve, particularmente acreditou que o Brasil ainda se enquadra no grupo de países de terceiro mundo, pois defendo que dentro do nosso país existem os três níveis de economia e que os diversos programas assistências idealizados por uma falsa socialização dos governos constrói uma cortina de fumaça e sonega as mazelas nacionais. Para resolver tais pendências na educação de países subdesenvolvidos e do Brasil faz-se necessárias muitas outras reformas que discutam as realidades de cada nação e suas possibilidades reais de resolver tais situações atribuladas, no Brasil é preciso reformulações não só no sistema educacional, mas no político também, pois com uma economia capitalista os representantes do povo que fazes as leis, mas normalmente não as cumprir ver a educação como uma faça de dois gumes, a escola que educar pode ser a mesma que indagar. Para que a educação deixe de ser um problema para uma nação é preciso que o mesmo passe a ser prioridade não só nos discursos de campanhas, mas em investimentos financeiros minimalistas que levavam em consideração seus próprios interesses, deixando de lado o interesse da massa populacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASASSUS, Juan. **A Reforma Educacional na América Latina no Contexto De Globalização**/Cadernos De Pesquisa, 2001.

FREITAS, [Eduardo](#). **Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo/ Geografia Humana** Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com> Acessado em 14 de dez, 2013.

MERATH, Luciana. **A Reforma Educacional na America Latina no Contexto de Globalização**. UFRRJ, 2013. Disponível em: <http://www.passeidireto.com> Acessado em 12 de dez, 2013.

NETTO, José Paulo. **Crise do Socialismo e ofensiva neoliberal**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Maria Mary. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.
SEVERINO, Antonio Joaquim. **Filosofia de Educação Construindo a Cidadania**. Editora FTD S.A., São Paulo - 1994. Revista Educação em Questão, 1987./v. 42, n. 28, Editora da UFRN, Natal- RN, 2012.

WEELANG, Adriana da Cunha. VIRIATO, Edaguimar Orquizas. **O Programa para Reforma Educacional na América Latina e Caribe (Preal) e a Política de Formação docente no Brasil na década de 90**. Região Sul, 2012.